

HOSPITAL MILITAR DE RESENDE

Estudo Técnico Preliminar 204/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 65362.001770/2026-53

2. Descrição da necessidade

• DO HOSPITAL MILITAR DE RESENDE

O Hospital Militar de Resende é uma OMS (Organização Militar de Saúde) do Exército Brasileiro cuja missão é prestar assistência em saúde mental, médico-cirúrgica e odontológica aos beneficiários dos Sistemas SAMMED/ FUSEX e PASS, particularmente das cidades de Itatiaia, Resende, Barra Mansa, Porto Real, Rio das Flores, Valença, Vassouras, Volta Redonda, Barra do Piraí, Pinheiral, Angra dos Reis e Paraty, ininterruptamente, oferecendo um serviço com foco na resolubilidade das necessidades de saúde dos usuários e ênfase na qualificação profissional.

Além de prestar apoio em saúde, quando determinado, às missões da 1ª Região Militar e às diversas atividades operacionais da AMAN

Na estrutura organizacional do Exército Brasileiro o Hospital Militar de Resende é subordinado ao Comando da 1ª Região Militar, e no cumprimento de sua missão determinada pelo Comando do Exército possui a competência para instauração do processo licitatório de aquisição de mobiliários do PAASSEX 2026.

O H mil Resende apoiará as demandas aprovadas de mobiliário também das seguintes OMS:

- Hospital Central do Exército (HCE)
- Policlínica Militar de Niterói (PMN)
- Policlínica Militar da Praia Vermelha (PMPV)
- Instituto de Biologia do Exército (IBEx)

Neste contexto, seguindo a divisão de processos de aquisição de materiais permanentes, a missão do H Mil Resende é adquirir os mobiliários constantes do planejamento anual das atividades de saúde do Exército (PAASSEX) para as Organizações Militares de Saúde supramencionadas.

• O PLANEJAMENTO ANUAL DAS ATIVIDADES DE SAÚDE DO EXÉRCITO

O Exército Brasileiro para fins de aquisições de materiais permanentes ou de consumo de saúde instituiu o Planejamento Anual das Atividades de Saúde do Exército (PAASSEX).

O referido planejamento possui 5 fases internas, as quais resulta na aprovação e descentralização dos recursos orçamentários, quais sejam:

- **1º fase** inicia em A-1 no levantamento das demandas pelas Organizações Militares de Saúde do Exército. Tais demandas são encaminhadas às respectivas Regiões Militares com robustas justificativas, estimativa de preços e estudo de viabilidade;
- **2ª fase** consiste na análise das demandas pelas Regiões Militares, considerando a relevância das solicitações, as justificativas, bem como a real necessidade da demanda sob uma óptica regional. Após a análise pela respectiva Região Militar, as demandas são encaminhadas para Diretoria de Saúde do Exército;
- **3ª Fase** a Diretoria de Saúde faz uma análise em toda documentação remetida pelas Regiões Militares e realiza um trabalho técnico de análise quantitativa e qualitativa das necessidades das OMS. Além disso, considera aspectos relativos a melhor custo-benefício para Força Terrestre, visando adotar a melhor linha de ação que leva em conta aquisição, locação ou comodatos dos equipamentos;

- **4ª Fase** transcorre da seguinte forma: A DPGO recebe as propostas do PAASSEX da D Sau e realiza a análise orçamentária correspondente, considerando a disponibilidade de recursos estimados para a LOA e as prioridades da análise técnica da D Sau; e
- **5ª Fase** é a aprovação e assinatura do PAASSEX pelo Chefe Diretoria Gestão de Pessoal e por cada Comandante da Região Militar, as OMS/OM poderão iniciar a fase interna seus procedimentos licitatórios, ficando em condições de tão logo seja encaminhado o Projeto de Lei Orçamentária Anual (previsto ser encaminhado ao Congresso até 31 ago de cada ano) dar prosseguimento à fase externa da licitação.
- **DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

A pretensa contratação tem por finalidade a aquisição de material permanente da categoria mobiliários, em cumprimento do PAASSEX 2026.

Ressalta-se que os itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 18, 31, 32 e o Grupo 1 (móveis modulados) constantes do **Anexo I** foram devidamente aprovados no contexto do PAASSEX 2025, ou seja, passaram pelo rigoroso processo de aprovação do PAASSEX, em 5 fase, com anuência e aprovação do Escalão Superior.

Ademais, foram acrescentados outros itens também da categoria para compor novas mobílias para a direção e demais seções do hospital. Os descritivos complementares com CATMAT e características adicionais para melhor dimensionamento do objeto consta no **Anexo II**.

Sendo assim, o Hospital Militar de Resende, no cumprimento de sua missão, cabe apenas executar o processo de aquisição de mobiliários não realizando juízo sobre os itens e quantidades, além disso, a equipe de planejamento da contratação é composta por militares de cada Organização Militar de Saúde demandante para assertivo e eficiente planejamento da contratação, considerando o necessário e imprescindível cuidado com a coisa pública.

Por fim, a pretensa contratação visa cumprir o objetivo organizacional do Exército Brasileiro de manter o contínuo aperfeiçoamento e modernização do Sistema de Saúde do Exército Brasileiro.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Hospital Central do Exército	ALISON DE PAULA - Cel
Policlínica Militar da Praia Vermelha	ANA PAULA CARVALHO REIS - Cel
Hospital Militar de Resende	RENATA CRISTINA DE ALMEIDA MARTINS SCHMIDT - Cel
Instituto de Biologia do Exército	ANDRE LUIS MERIANO FIGUEIREDO - Cel
Policlínica Militar de Niterói	RODRIGO PAZ SILVA - TC

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência, quantidade e prazo de garantia ou validade;
- Os objetos, quando couber, deverão estar acompanhados dos manuais do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- Deverá observar as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em especial as contidas no art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, e no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no que couber;

- A Contratada vencedora deverá respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos e sobre Resíduos Sólidos, além de estar alinhada a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010.
- A licitante deverá apresentar catálogo ilustrativo e técnico, preferencialmente com imagens em três vistas dos produtos para avaliação da conformidade do produto com o termo de referência. Neste catálogo deve constar o modelo/código do produto ofertado.
- Os produtos ofertados pelos licitantes devem ter garantia de fábrica pelo prazo mínimo informado pelo fabricante.

- **Da sustentabilidade:**

Conforme prescreve o art. 16 do Decreto nº 7.746, de 2012, os órgãos da administração pública federal devem elaborar o Plano de Gestão de Logística Sustentável – PGLS e este servirá de base para a confecção dos Estudos Técnicos Preliminares.

O art. 2º do Decreto nº 7.746/2012, com redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017, estabelece que na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras, a administração pública federal adotará critérios e práticas sustentáveis nos instrumentos convocatórios.

A Contratada deverá adotar os critérios de sustentabilidade ambiental previstos no art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, como também observar as práticas de proteção do meio ambiente previstas nas Leis nº 6.938/1981 e nº 12.187/2009, e as disposições estabelecidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (4ª Edição) da Advocacia-Geral da União (AGU).

5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado foi realizado no contexto do Planejamento Anual das Atividades de Saúde do Exército (PAASSEX), ou seja, os itens da pretensa aquisição passarão pelas 5 fases do planejamento prévio interno até obter a aprovação dos itens que compõem o presente estudo técnico preliminar.

Assim, cada Organização Militar de Saúde realizou criterioso levantamento de suas necessidades, especificamente, mobiliários, considerando as características e descrições suficientes para atender com satisfação a demanda da OMS.

O Tribunal de Contas da União em relação ao levantamento de mercado orienta o seguinte:

Com base nos requisitos definidos, deve ser feito levantamento para identificar quais soluções existentes no mercado atendem aos requisitos estabelecidos, de modo a alcançar os resultados pretendidos e atender à necessidade da contratação, com os respectivos preços estimados, levando-se em conta aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização. (<https://www.tcu.gov.br/arquivosrca/001.003.009.032.htm>)

Dessa forma, considerando o contexto do PAASSEX não coube a equipe de planejamento da contratação realizar levantamento de mercado com a identificação de soluções capazes de alcançar os resultados pretendidos, uma vez que os itens já se encontram aprovados e com descrição e valor estimado.

Neste sentido, o levantamento de mercado foi realizado, conforme as fases abaixo:

- **1º fase** inicia em A-1 no levantamento das demandas pelas Organizações Militares de Saúde do Exército. Tais demandas são encaminhadas às respectivas Regiões Militares com robustas justificativas, estimativa de preços e estudo de viabilidade;
- **2ª fase** consiste na análise das demandas pelas Regiões Militares, considerando a relevância das solicitações, as justificativas, bem como a real necessidade da demanda sob uma óptica regional. Após a análise pela respectiva Região Militar, as demandas são encaminhadas para Diretoria de Saúde do Exército;
- **3ª Fase** a Diretoria de Saúde faz uma análise em toda documentação remetida pelas Regiões Militares e realiza um trabalho técnico de análise quantitativa e qualitativa das necessidades das OMS. Além disso, considera aspectos relativos a melhor custo-benefício para Força Terrestre, visando adotar a melhor linha de ação que leva em conta aquisição, locação ou comodatos dos equipamentos;
- **4ª Fase** transcorre da seguinte forma: A DPGO recebe as propostas do PAASSEX da D Sau e realiza a análise orçamentária correspondente, considerando a disponibilidade de recursos estimados para a LOA e as prioridades da análise técnica da D Sau; e

- **5ª Fase** é a aprovação e assinatura do PAASSEX pelo Chefe Diretoria Gestão de Pessoal e por cada Comandante da Região Militar, as OMS/OM poderão iniciar a fase interna seus procedimentos licitatórios, ficando em condições de tão logo seja encaminhado o Projeto de Lei Orçamentária Anual (previsto ser encaminhado ao Congresso até 31 ago de cada ano) dar prosseguimento à fase externa da licitação.

Por conseguinte, fica demonstrado o criterioso levantamento de mercado adotado pelo Exército Brasileiro para execução do Planejamento Anual das Atividades de Saúde do Exército (PAASSEX).

6. Descrição da solução como um todo

• INTRODUÇÃO

Norteadas pelos princípios da eficiência e competitividade, esta Equipe de Planejamento buscou, através da especificação dos itens, ater-se às características vitais do objeto, sem as quais não poderá ser atendida a necessidade da Administração, evitando-se, por outro lado, a inserção de detalhes demasiadamente pormenorizados e considerados supérfluos ou desnecessários, que possam limitar a competição indevidamente.

Para a presente demanda, esta Equipe de Planejamento segue o Planejamento Anual das Atividades de Saúde do Exército (PAASSEX), não realizando juízo do planejado e aprovado em 5 fases pelo Escalão Superior, sendo fixado como a melhor solução a aquisição dos mobiliários do presente estudo.

Além disso, para a presente demanda, esta Equipe de Planejamento concluiu que a melhor solução é a realização de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento "menor preço", uma vez que os bens a serem adquiridos podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. (Lei 14.133, Art. 6º, XIII e XLI).

Outrossim, a contratação adotará o **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, tendo em vista o franqueamento da possibilidade de participação de outras Organizações Militares do Exército Brasileiro, conforme art. 84 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

Com o objetivo de identificar e padronizar os termos que serão utilizados no relacionamento CONTRATANTE/CONTRATADA, os quais visam a aquisição de material permanente, fica estabelecido a adoção dos seguintes critérios:

• DA GARANTIA DO PRODUTO

O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será aquele descrito para cada item no Anexo I do Termo de Referência ou, se superior, o prazo fornecido pelo fabricante, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

A garantia será prestada com vistas a manter os materiais fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do material.

Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de retirada do material das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar o material equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos durante a execução dos reparos.

Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos materiais.

O custo referente ao transporte dos materiais cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

Garantia de acordo com o elencado no descritivo de cada item, iniciando após a aceitação técnica, com abrangência completa da solução, incluindo atualizações dos softwares e hardwares que fazem parte deste descritivo técnico, sem ônus para a CONTRATANTE;

O deslocamento da equipe de manutenção ou o transporte dos materiais serão por conta do fornecedor;

No acionamento da garantia, o tempo de resposta para prestação de atendimento técnico deve ser inferior a 2 dias úteis após a abertura do chamado;

O tempo de resposta para resolução de problemas técnicos, no acionamento da garantia, deve ser inferior a 5 dias úteis após a abertura do chamado de assistência técnica;

Os procedimentos de manutenção do material, durante o período de garantia, serão executados exclusivamente pela equipe técnica do fabricante;

O fornecedor deve ser responsável por vícios ou defeitos de fabricação, bem como desgastes anormais dos materiais, suas partes e acessórios, obrigando-se a ressarcir os danos e substituir os elementos viciados ou defeituosos, sem ônus para a CONTRATANTE;

No período de garantia é admitida a troca de materiais defeituosos por outro igual ou de tecnologia superior, desde que aprovado pela CONTRATANTE um Plano de Atualização Tecnológica, apresentado pela CONTRATADA;

Quaisquer peças, componentes ou outros materiais que apresentarem defeitos de fabricação deverão ser substituídos por originais, sem ônus para a CONTRATANTE;

Os Atendimentos Técnicos deverão ser realizados durante o Horário de Assistência Técnica. Poderão ser executados em outros dias e horários, dependendo de prévio acordo entre a Contratante e Contratada;

O material só será dado como aceito tecnicamente mediante o atendimento completo desta descrição técnica e funcionamento no local para onde está sendo adquirido, com aprovação do Setor Técnico Responsável da CONTRATANTE;

Durante a vigência da garantia, estarão inclusas todas as manutenções preventivas, calibrações e qualificações recomendadas pelo fabricante, incluindo todas peças/insumos necessários para o pleno funcionamento do material;

Caso não seja possível a entrega dos bens no prazo exigido, a empresa vencedora deverá fornecer entregar bens similares, por empréstimo, até que os itens sejam entregues; e

Em não cumprimento dessa garantia, o contratante iniciará os processos pertinentes.

• DA ENTREGA DO MATERIAL

O prazo de entrega dos itens será de 30 (trinta) dias corridos e para o Grupo 1 (Móveis modulados) o prazo de entrega será de 60 (sessenta) dias corridos, ambos contados a partir da data de recebimento da nota de empenho para do item, no(s) seguinte(s) endereço (s):

- Hospital Central do Exército (HCE), R. Francisco Manuel, 126 - Benfica, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20911-270.
- Hospital Militar de Resende (HMR) - Academia Militar das Agulhas Negras - Rodovia Presidente Dutra, km 306, s/n - Monte Castelo, Resende - RJ;
- Policlínica Militar da Praia Vermelha (PMPV) - Praça Gen. Tibúrcio, 83 - Urca, Rio de Janeiro - RJ, 22290 270;
- Policlínica Militar de Niterói (PMN) - Praça dos Expedicionários, 25 - Niterói - RJ- Cep: 24.030-270
- Instituto de Biologia do Exército (IBEX) - Rua Francisco Manuel, 102, Bairro Benfica, Rio de Janeiro - RJ, 20911-270.

No momento da entrega o material deve estar acondicionado adequadamente e na embalagem original.

Não será aceito material com especificação ou marca diferente daquela ofertada e aceita na licitação.

Não será aceito produto com embalagem amassada, estufada, enferrujada, trincada, com furo ou vazamento, rasgadas, aberta ou com outro tipo de defeito.

Visando atender as orientações constantes do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, do Núcleo Especializado Sustentabilidade, Licitações e Contratos (NESLIC), deverá atender a seguinte especificação: Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.

Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013.

Em relação aos produtos cuja certificação é voluntária, é possível exigir o cumprimento dos requisitos técnicos previstos em normas do INMETRO, mas não se pode obrigar a apresentar a certificação do INMETRO (podem ser apresentadas certificações equivalentes).

- **Normas e regulamentações do material a ser adquirido e fornecido:**

Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda cumprir as exigências normativas para a sua fabricação, importação, comercialização e materiais especiais que encontram reguladas pelas seguintes legislações:

O item deverá conter na embalagem do produto, individualmente, o nome, a data de fabricação, a validade do mesmo e o número do lote, conforme Legislação Sanitária vigente da divisão de vigilância sanitária do Ministério da Saúde, quando for o caso.

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, segundo os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

- **ITENS GERAIS**

O licitante arrematante deverá fornecer todo o material e ferramentas necessárias para a montagem do mobiliário modulado.

Entregar, juntamente com os material, o manual de operação originais e atualizados, no idioma português.

Fornecer catálogo ilustrativo original do material ofertado, comprobatório da descrição técnica apresentada na sua proposta.

Os proponentes deverão obrigatoriamente mencionar na proposta todo(s) o(s) item(ns) solicitado(s), citando as características próprias dos materiais ofertados, em português.

O(s) item(ns) não informado(s) poderá(ão) ser considerado(s) como não atendido(s).

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades estimadas foram obtidas no contexto do Planejamento Anual das Atividades de Saúde do Exército (PAASSEx).

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 492.321,27

O valor estimado da contratação é de R\$ 492.321,27 (quatrocentos e cinquenta e oito mil cento e setenta e dois reais e onze centavos), conforme Relatório da Pesquisa de Preços acostada no processo.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O Grupo 1 - Móveis modulados (Item 34 ao 49) optou-se pelo não parcelamento do objeto, tendo em vista que os itens compõem conjunto integrado e interdependente, projetado especificamente para os ambientes onde serão instalados.

O parcelamento poderia resultar na contratação de diferentes fornecedores, gerando riscos de perda de padronização de materiais, cores, acabamentos e dimensões, além de possíveis incompatibilidades entre os módulos, o que comprometeria a estética, a funcionalidade e a qualidade do conjunto.

Os outros materiais da contratação serão divididos por itens, tendo em vista a divisibilidade do objeto.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não foram identificadas contratações correlatas/interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026, conforme detalhamento a seguir:

12. Justificativas pontuais

- **JUSTIFICATIVA PARA NÃO UTILIZAÇÃO DA MARGEM DE PREFERÊNCIA**

A não utilização da Margem de Preferência na presente licitação justifica-se pelo fato de que o objeto da contratação, não está incluído na lista de produtos e serviços prevista na Resolução SEGES-CICS/MGI nº 3, de 9 de outubro de 2024.

- **JUSTIFICATIVA DE COMPATIBILIDADE COM O PLANO DIRETOR DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL (PSL)**

Conforme prescreve o art. 16 do Decreto nº 7.746, de 2012, os órgãos da administração pública federal devem elaborar o Plano de Gestão de Logística Sustentável – PGLS. Em razão deste Órgão não possuir PGLS, ratifica-se que, em contrapartida, a presente contratação encontra-se alinhada com a Diretriz do Programa de Conformidade Ambiental do Sistema de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro. (EB50-D-04.007), aprovada pela Portaria nº 055-DEC, de 31 de agosto de 2018.

- **JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)**

Para pretensa contratação opta-se pelo sistema de registro de preços, considerando o enquadramento no art. 3º, inciso III do Decreto n.º 11.462/23, quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas; o Hospital Militar de Resende tem como responsabilidade a aquisição centralizada de mobiliários para atender as Organizações Militares de Saúde subordinadas à 1ª Região Militar.

13. Providências a serem Adotadas

Elaboração dos demais documentos pertinentes ao processo licitatório, com a devida definição do objeto e termos da contratação para realização de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, e critério de julgamento "menor preço", para a presente aquisição.

O certame adotará o **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, conforme justificativa presente no tópico 12.

14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

No contexto em que se insere a OMS compreendida, o bem pretendido visa incrementar a qualidade no atendimento das Organizações Militares de Saúde localizadas na guarnição do Rio de Janeiro, Niterói e Resende, trazendo maior precisão e eficiência na execução dos atendimentos.

O principal resultado pretendido com a futura aquisição é aparelhar as Organizações Militares de Saúde da 1ª Região Militar, com materiais novos e de qualidade comprovada, que capacitará integral e ininterruptamente o atendimento à família militar.

15. Possíveis Impactos Ambientais

Impactos ambientais são as alterações no ambiente causadas pelas ações humanas. Os impactos ambientais podem ser considerados positivos e negativos. Os impactos negativos ocorrem quando as alterações causadas geram risco ao ser humano ou para os recursos naturais encontrados no espaço. Por outro lado, os impactos são considerados positivos quando as alterações resultam em melhorias ao meio ambiente.

A presente contratação visa gerar impactos ambientais positivos, uma vez que haverá previsão da responsabilidade ambiental da futura contratada, que todo o material a ser fornecido deverá considerar a composição, características ou componentes sustentáveis,

atendendo, dessa forma, o disposto na Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, Capítulo III, artigo 5.º, I, II, III e § 1º, exceto aqueles em que não se aplica a referida norma.

A contratada deverá empregar materiais que atendam a critérios de sustentabilidade, tais como segurança, durabilidade e eficiência, de modo a gerar menos resíduos, menor desperdício e menor impacto ambiental.

O descarte de peças e materiais devem estar em observância à política de responsabilidade socioambiental do órgão.

Observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental, contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Decreto nº 7.746, de 05/06/2012, da Casa Civil, da Presidência da República.

Pelo teor do art. 2º desta mesma lei, somente poderão extrair, produzir, fabricar, transformar, sintetizar, purificar, fracionar, embalar, reembalar, importar, exportar, armazenar ou expedir os produtos de que trata o Art. 1º - as empresas para tal fim autorizadas pelo Ministério da Saúde e cujos estabelecimentos hajam sido licenciados pelo órgão sanitário das Unidades Federativas em que se localizem.

A contratada deverá apresentar o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) para os produtos abrangidos pela RDC nº497, de 20 de maio de 2021.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação é viável técnica, operacional e economicamente, com soluções disponíveis no mercado que atendem às necessidades das diversas organizações militares de saúde, contribuindo para a melhoria do ambiente de trabalho e apresentando custos compatíveis, sendo, portanto, adequada ao interesse público.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOAO OTAVIO BIZZO DE ANDRADE

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 27/04/2026 às 08:11:50.

GUSTAVO FERREIRA PINTO

Membro da comissão de contratação

ARIEL ANDRE LINDORFER

Membro da comissão de contratação

JULIANA ARAUJO DE OLIVEIRA DORIA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 27/04/2026 às 08:57:16.

ANA CARLA DOS SANTOS SIMOES

Membro da comissão de contratação